



# **Santa Casa da Misericórdia de Mourão**

**Anexo**

**ANEXO DE 2022**

Hi

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	14
6	Ativos Intangíveis .....	15
7	Custos de Empréstimos Obtidos .....	17
8	Inventários .....	17
9	Rédito .....	18
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	18
11	Benefícios dos empregados .....	18
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	19
13	Outras Informações .....	19
13.1	Clientes e Utentes .....	19
13.2	Outras contas a receber .....	20
13.3	Diferimentos .....	20
13.4	Outros Ativos Financeiros .....	21
13.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	21
13.6	Fundos Patrimoniais .....	22
13.7	Fornecedores .....	22
13.8	Estado e Outros Entes Públicos .....	23
13.9	Outras Contas a Pagar .....	24
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	25
13.11	Fornecimentos e serviços externos .....	25
13.12	Outros rendimentos .....	25
13.13	Outros gastos .....	25
13.14	Resultados Financeiros .....	26
13.15	Acontecimentos após data de Balanço .....	26

---

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “Santa Casa da Misericórdia de Mourão” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 7, Série I, de 09/01/1985, com sede em Praça da República, 26 – Mourão. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

---

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

---

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

---

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

#### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	64
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	8

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

---

### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

---

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.7 Instrumentos Financeiros**

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

- A quantia da importância da imparidade acumulada no começo e no fim do período foi de 18.384,24€.

As perdas por imparidade reconhecidas no período foram de 18.384,24€

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra

---

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios

---

económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Locações

- Não existem contratos de locações financeiras.

### **3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

A SCMM é uma IPSS que está isenta de IRC.

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

- Foi corrigido neste exercício o valor que a Instituição tinha no seu balancete na Conta 45 - Investimentos em Curso, subconta de Remodelação Edifício Lar em 2012. Procedeu-se neste exercício á sua passagem para Ativo Fixo Tangível. As suas amortizações acumuladas desde 2012 até 2021, no valor de 16.386,03€ foram contabilizadas a débito na conta de Resultados Transitados – Variações Patrimoniais.
- Também os projetos de arquitetura de segurança e incendio e novo Lar que se encontravam na conta 45, desde o Ano de 2010, 2011, 2012 e 2013, passaram para a

conta de Ativos Intangíveis no valor de 83.399,65€, ficando totalmente amortizados nos 3 períodos subsequentes e o seu valor foi contabilizado a débito para a conta de Resultados transitados – Variações Patrimoniais.

- Verificou-se que na conta 59-Outras Variações nos Fundos Patrimoniais, na sua subconta 59401-Doações até 2011 encontrava-se o valor de 158.432,56€, sem mais referencia. O mesmo foi contabilizado a credito para a conta de Reservas – Outras Reservas.
- Também o saldo da conta 59326-Subsidio Camara Municipal de Mourão p/novo lar 2010, no valor de 11.275,00€ foi contabilizado a débito da conta 56-Resultados Transitados-Variações Patrimoniais.
- Foi Também contabilizado a debito na conta 56-Resultados Transitados – Variações Patrimoniais, o valor da subconta 281925- Diferimento de Juros e Imposto de selo bancário, no valor de 45.041,42€. Este valor foi referente ao período das moratórias do não pagamento de juros e outros encargos bancários ao banco no período COVID-19.
- Com base no relatório de Reavaliação do Edifício – LAR, levada a cabo pela Credito Agrícola (FENACAM – Serviço de Apoio Técnico), o valor do terreno do edifício foi avaliado em 131.568,00€. Valor que foi contabilizado a debito da conta de Ativo Fixo Tangível por credito da conta de Reservas Legais.
- Assim na conta 55-Reservas no valor total de 290.000,56€, encontra-se contabilizado o Terreno (131.568,00€), e as Doações até 2011 (158.432,56€). Estas Doações não tem definição.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	26 678,01					26 678,01
Edifícios e outras construções	528 327,86					528 327,86
Equipamento básico	347 106,43					347 106,43

Equipamento de transporte	163 005,89					163 005,89
Equipamento biológico	0					0
Equipamento administrativo	119 335,58	7.027,62				126 363,20
Outros Ativos fixos tangíveis	104 896,42	2.475,30				107 371,72
<b>Total</b>	<b>1 289 350,19</b>	<b>9.502,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 298 853,11</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	168 096,69	11.496,71				179 399,73
Equipamento básico	341 506,72	6.200,88				347 707,60
Equipamento de transporte	161 868,39					161 868,39
Equipamento biológico	107 534,71					111 143,61
Equipamento administrativo	0,00	3.608,90				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	65 396,07	5.398,03				70 987,77
<b>Total</b>	<b>844 402,58</b>	<b>26.704,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>871 107,10</b>

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	26 678,01				131.568,00	158 246,01
Edifícios e outras construções	528 327,86			91.033,54		619 361,40
Equipamento básico	347 106,43					347 106,43
Equipamento de transporte	163 005,89					163 005,89
Equipamento biológico	0					0
Equipamento administrativo	126 363,20			1.350,65		127 713,85
Outros Ativos fixos tangíveis	107 371,72	1.864,13				109 235,85
<b>Total</b>	<b>1 298 853,11</b>	<b>1.864,13</b>	<b>0,00</b>	<b>92.384,19</b>	<b>131.568,00</b>	<b>1 524 669,43</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	179 399,73	13.123,71		16.386,03		208 909,47
Equipamento básico	347 707,60	3.129,22				351 222,62
Equipamento de transporte	161 868,39					161 868,39
Equipamento biológico	0					0
Equipamento administrativo	111 143,61	3.469,55				115 491,60
Outros Ativos fixos tangíveis	70 987,77	4.276,41				73 999,94
<b>Total</b>	<b>871 107,10</b>	<b>23.998,89</b>	<b>0,00</b>	<b>16.386,03</b>	<b>0,00</b>	<b>911 492,02</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 070,62					1 070,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>1 070,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 070,62</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1.070,62					1.070,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>1.070,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.070,62</b>

## ANO 2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 070,62					1 070,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			83.399,65		83.399,65
<b>Total</b>	<b>1 070,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>83.399,65</b>	<b>0,00</b>	<b>84.470,27</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1.070,62					1070,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			83.399,65		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>83.399,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	33 963,36	650 061,33	684 024,69	34 269,60	684 064,68	718 334,28
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>33 963,36</b>	<b>650 061,33</b>	<b>684 024,69</b>	<b>34 269,60</b>	<b>684 064,68</b>	<b>718 334,28</b>

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	407,80	5 250,81	0,00	182,63	711,63	0,00	76,45
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>407,80</b>	<b>5 250,81</b>	<b>0,00</b>	<b>182,63</b>	<b>711,63</b>	<b>0,00</b>	<b>76,45</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				5 475,98			817,81
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 9 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores, Matr e Mensalid Utentes	474 268,65	480 918,69
Quotas e joias	3 663,00	7 524,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>477 931,65</b>	<b>488 442,69</b>

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
<b>Subsídios do Governo</b>		
- ISS. IP – Centro Distrital	404.271,23	353.004,50
- IEFP	5.014,55	20.314,89
- IPMEI	3.136,00	633.75
<b>Subsídios de Outras Entidades</b>		
- Município de Mourão	9.365,00	56.527,66
- Junta de Freguesia de Mourão	500.00	
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>Total</b>	<b>422.286,78</b>	<b>430.480,80</b>

## 11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente “5” e “5”. De um período para outro verificou-se a saída dos anteriores membros da Mesa Administrativa, tendo sido substituído(a) pelo Exmo(a) Sr(a), José Pedro Pires dos Reis - Provedor; Teresa da Conceição Moreno Caldeira – Vice-presidente; António José Mendonça Ferreira – Tesoureiro; Carlos Alberto Fialho Medinas – Secretário e Joana Aurélio Lopes Bagage – Vogal.

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de “43” e em 31/12/2022 foi de “37”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	438 776,32	479 374,38
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	5 000,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	73 946,59	88 085,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 193,75	5 557,49
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3 102,92	4 679,07
<b>Total</b>	<b>527 019,58</b>	<b>577 696,66</b>

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	7 503,26
Utentes	9 134,08	18 313,81
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0	0
Utentes	0	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes	18.384,24	

<b>Total</b>	<b>27.518,32</b>	<b>25.817,07</b>
--------------	------------------	------------------

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Cientes		
Utentes	-18 384,24	0,00
<b>Total</b>	<b>-18 384,24</b>	<b>0,00</b>

### 13.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	4 803,00	5 279,81
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	283 750,52	272 774,73
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>288 553,52</b>	<b>278 054,54</b>

#### Ano 2022:

Na Conta Devedores por acréscimos de rendimentos a debito, inclui o valor das quotas dos Irmãos A conta Outros Devedores a débito inclui as contribuições para a Seg. Social – Entidade contraente, Cotizações dos trabalhadores para o sindicato e e Proc. 201600147404da – Coima da Segurança Social.

Na Conta Outros Devedores inclui os valores a debito nos programas que estão contratualizados com IEPF (contratos CEI/CEI+ Contratos profissionais), Projeto do Lar Alt20-06-4842-feder-00042, e programa Adaptar Social + .

#### Ano2021:

Na Conta Devedores por acréscimos de rendimentos a debito, inclui o valor das quotas dos Irmãos

A conta Outros Devedores a débito inclui os valores a debito nos programas que estão contratualizados com IEPF (contratos CEI/CEI+ Contratos profissionais), Projeto do Lar Alt20-06-4842-feder-00042, e programa Adaptar Social + .

### 13.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	14.515,77	67.331,12
<b>Total</b>	<b>14.515,77</b>	<b>67.331,12</b>

Rendimentos a Reconhecer		
	27.409,36	708,72
<b>Total</b>	<b>27.409,36</b>	<b>708,72</b>

**Ano 2022:**

Na conta de Gastos a Reconhecer inclui para períodos seguintes os gastos com Ferramentas e utensílios, material de higiene e conforto, seguro de acidentes pessoais e seguro de acidentes de trabalho.

Na conta rendimentos a reconhecer inclui o valor a receber dos acordos da Segurança Social e os valores dos programas que estão contratualizados com IEPF (contratos CEI/CEI+) e Estágios Profissionais.

**Ano 2021:**

Na conta de Gastos a Reconhecer inclui para períodos seguintes os gastos com Ferramentas e utensílios, material de higiene e conforto, seguro de acidentes pessoais e seguro de acidentes de trabalho, seguro de doença, seguro multiriscos, seguro de acidentes pessoais e o diferimento dos juros e imposto selo bancários no período das moratórias – COVID -19.

Na conta rendimentos a reconhecer inclui o valor a receber dos programas que estão contratualizados com IEPF (contratos CEI/CEI+) e Estágios Profissionais.

**13.4 Outros Ativos Financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
- TVI Independente	498,80	498,80
- Caixa Agrícola	1.000,00	1.000,00
<b>Total</b>	<b>1.498,80</b>	<b>1.498,80</b>

Estes Ativos Financeiros estão revelados ao custo.

**13.5 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	232,20	232,07
Depósitos à ordem	68 301,31	10 945,37

Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>68.533,51</b>	<b>11 177,44</b>

### 13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 966,77	0,00	0,00	1 966,77
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	290 000,56	0,00	290 000,56
Resultados transitados	-549 336,22	0,00	-134 515,26	-683 851,48
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	655 860,32	0,00	-178 342,56	477 517,76
<b>Total</b>	<b>108 490,87</b>	<b>290 000,56</b>	<b>-312 857,82</b>	<b>85 633,61</b>

- Na conta 55-Reservas no valor total de 290.000,56€, encontra-se contabilizado o Terreno (131.568,00€), e as Doações até 2011 (158.432,56€). Estas Doações não tem definição.
- Na conta de Resultados transitados no valor de 683.851,48€ teve um aumento de em relação a ano anterior de 134.515,26€ referente aos débitos das contas 281925-Diferimentos de juros e imposto de selo bancários (45.041,42€), da conta 6431-Amortizações acumuladas de períodos anteriores; 2010,2011,2012 e 2013 (83.399,65€) a conta 64221-Amortizações das obras de reconstrução-LAR 2012, já totalmente amortizadas (16.386,03€) e a conta 819-resultados transitados do exercício anterior (963,16€).
- Na conta de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais, no valor de 477.517,76€ teve uma diminuição de 178.342,56€, relativo aos créditos das contas 59401-Doações até 2011(158.432,6), da conta 59326-Subsidio da Camara Municipal de Mourão p/Novo Lar 2010 (11.275,00€) e conta 593-Subsidios (8.635,00€) valor da transferência da quota parte das amortizações do equipamento adquiridos com subsídios.

### 13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	124 611,00	106 409,34
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>124 611,00</b>	<b>106 409,34</b>

2021	
Fornecedores	Saldo Crédito
Luis Filipe da Mata Santos	11 623,56 €
JMCS Comércio de produtos quimicos	16 299,43 €
Serunion Restaurantes de Portugal S A	16 125,30 €
Alquimed, Lda	10 053,34 €
RUI MANUEL HONRADO PINTO	7 221,79 €
Luxobril - Química de Manutenção Industrial, Lda	5 554,57 €
TABAQUINHO & GONÇALVES, LDA.	4 788,26 €
POLOSUL, LDA	3 138,27 €
Outros	31 604,82 €
<b>TOTAL</b>	<b>106 409,34 €</b>

2022	
Fornecedores	Saldo Crédito
Alquimed,Lda	12 263,07 €
OTIS	2 103,37 €
TABAQUINHO & GONÇALVES, LDA.	5 061,22 €
POLOSUL, LDA	3 337,53 €
RUI MANUEL HONRADO PINTO	7 221,79 €
Luxobril - Química de Mant. Industrial, Lda	5 554,57 €
JMCS	13 305,77 €
Luis Filipe da Mata Santos	28 726,96 €
Outros	45 036,72 €
<b>TOTAL</b>	<b>124 611,00 €</b>

Está prevista a disponibilização da verba respeitante à candidatura, aprovada, ao Fundo de Socorro Social, no montante de 114.000,00€ para fazer face à despesa com Fornecedores.

### 13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 283,23	6 469,90
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6 283,23</b>	<b>6 469,90</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00

Segurança Social	17 916,50	19 805,24
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17 916,50</b>	<b>19 805,24</b>

### 13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>13 762,59</b>		<b>13 762,59</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>-283 750,52</b>		<b>-272 774,73</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>-269 987,93</b>	<b>0,00</b>	<b>-259 012,14</b>

#### ANO2022:

Os Fornecedores de investimentos no valor de 13.762,69€, são referentes ao credito da conta 2711069.

Na Conta Outros Credores no valor de 283,750,52€ estão incluídas o dedito das contas 278013- IEFP, 278020-Proj.Alt20-60-4842-Feder-0042, 278021-Programa Adaptar Social + , conta 278023-IEFP Estágios e créditos das contas 2378010-Cont.Seg.Social-Entidade Contratante, 278018-Sindicatos dos trabalhadores 278022-Seg.Social Proc:201600147404 e 278024.

#### ANO 2021:

Os Fornecedores de investimentos no valor de 13.762,69€, são referentes ao credito da conta 2711069.

Na Conta Outros Credores no valor de 272.774,73€ estão incluídas o dedito das contas 278013- IEFP, 278020-Proj.Alt20-60-4842-Feder-0042, 278021-Programa Adaptar Social + , e créditos das contas 2378010-Cont.Seg.Social-Entidade Contratante,278012-Seg.Social Proc:0701201700030364, 278018-Sindicatos dos trabalhadores e 278019-IEFP-Medidas Estimulo emprego.

### 13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	412 421,78	373 953,14
Subsídios de outras entidades	9 865,00	56.527,66
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>422 286,78</b>	<b>430.480.80</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	91 467,28	86 512,74
Serviços especializados	51 170,58	54 040,57
Materiais	31 092,19	40 646,27
Energia e fluidos	48 207,61	50 252,89
Deslocações, estadas e transportes	0,00	232,35
Serviços diversos	66 089,55	97 660,93
<b>Total</b>	<b>288 027,21</b>	<b>329 345,75</b>

### 13.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	3 180,00	15,96
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	150,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 727,91	2 272,53
Outros rendimentos	12 042,44	29 676,23
<b>Total</b>	<b>17 950,35</b>	<b>32 114,72</b>

### 13.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	3 053,64	2 222,41
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00

Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	7 019,03	2 227,88
<b>Total</b>	<b>10 072,67</b>	<b>4 450,29</b>

### 13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	32 300,04	8 328,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32 300,04</b>	<b>8 328,17</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-32 300,04</b>	<b>-8 328,17</b>

### 13.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 15 de Março de 2023

MOURÃO, 15 de Março de 2023

O Contabilista Certificado



A Direcção

  
 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOURÃO  
 António José Mendes